

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Após as tragédias dos incêndios de 2017, o Governo, através do Ministro da Administração Interna, anunciou um conjunto de decisões relativamente ao SIRESP que nunca foram devidamente concretizadas e muito menos esclarecidas.

Foi então anunciada a decisão do Estado em adquirir a maioria do capital do SIRESP e assumir o controlo acionista da empresa que gere o sistema, algo que não se veio a concretizar, bem como como um conjunto de penalizações e sanções à empresa gestora do SIRESP por, segundo o Ministro Eduardo Cabrita, existir um Relatório que revelava então que o sistema de comunicações de emergência esteve indisponível durante 9 mil horas.

“O levantamento que foi feito aponta para nove mil horas de indisponibilidade da rede SIRESP em 2017, e daí tiremos sem demagogias as responsabilidades necessárias” afirmou o Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, a 4 de Abril de 2018.

Questionado por diversas vezes pelos Deputados do PSD na Assembleia da República, quer através de Perguntas Parlamentares, quer nas diversas audições regimentais então ocorridas, nunca o Governo esclareceu devidamente ou disponibilizou qualquer documentação sobre estes assuntos.

Na sequência de um trabalho de investigação do jornal Público sobre o SIRESP, ficámos a saber da existência de um Relatório interno que desmente as declarações do Ministro da Administração Interna relativamente ao número de horas em que o sistema “SIRESP” esteve indisponível.

A postura do Governo nesta matéria tem sido caracterizada por uma total ausência de transparência que se tem revelado num comportamento padrão, no que diz respeito a revelar informações e relatórios que colocam em cheque as afirmações e a linha de comunicação do Governo.

A forma como o Governo, e em particular o Ministério da Administração Interna, têm condicionado o acesso a informação relativa às tragédias de 2017 são um entrave ao escrutínio do Parlamento e da imprensa, fragilizam a democracia e são inaceitáveis num Estado de Direito Democrático.

Os Deputados do PSD subscritores deste requerimento pretendem o acesso a documentação relevante relativamente a este assunto, quer por parte do SIRESP quer por parte das autoridades públicas.

Neste sentido, os/as Deputados/as do Partido Social Democrata abaixo-assinados vêm, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitar ao Senhor Ministro da Administração Interna o envio urgente dos seguintes documentos:

1. Documentação relativa à notificação do SIRESP por parte do Estado no que diz respeito à aplicação de sanções ou penalidades anunciadas pelo Governo pelo incumprimento do dever de disponibilidade do sistema de comunicações de emergência.
2. Toda a documentação relativa ao processo de entrada do Estado no capital do SIRESP, incluindo assessorias externas contratadas pelo Governo no âmbito deste processo.

Palácio de São Bento, 10 de abril de 2019

Deputado(a)s

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

CARLOS PEIXOTO(PSD)

ANDREIA NETO(PSD)